

**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA” JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS - FCHS
GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL**

**Júlia Paz Oliveira
Sabrina Santos Silva**

**A ARTE COMO INSTRUMENTO NO PROCESSO DA DIMENSÃO
SOCIOEDUCATIVA DO TRABALHO PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL
NA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**

**Franca/SP
2023**

JÚLIA PAZ OLIVEIRA
SABRINA SANTOS SILVA

**A ARTE COMO INSTRUMENTO NO PROCESSO DA DIMENSÃO
SOCIOEDUCATIVA DO TRABALHO PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL
NA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Serviço Social, pela Universidade do Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” Faculdade de Ciências Humanas e Sociais – FCHS.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Josiani Julião Alves de Oliveira

Franca/SP
2023

Oliveira, Júlia Paz.

A arte como instrumento no processo da dimensão socioeducativa no trabalho profissional do Assistente Social na Política de Assistência Social / Júlia Paz Oliveira e Sabrina Santos Silva. – Franca: [s.n.], 2023.

61 f.

Trabalho de conclusão (bacharelado – Serviço Social). Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Ciências Humanas e Sociais.
Orientadora: Josiani Julião Alves de Oliveira.

1. Serviço social. 2. Assistência Social. 3. Dimensão socioeducativa.
4. Arte. I. Título. I. Silva, Sabrina Santos.

CDD – 360

Ficha catalográfica elaborada pela Bibliotecária Andreia Beatriz Pereira – CRB8/8773

**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA” JÚLIO DE MESQUITA
FILHO” FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS - FCHS**

**Júlia Paz Oliveira
Sabrina Santos Silva**

**A ARTE COMO INSTRUMENTO NO PROCESSO DA DIMENSÃO
SOCIOEDUCATIVA DO TRABALHO PROFISSIONAL DO ASSISTENTE
SOCIAL NA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como
requisito parcial para obtenção do título de Bacharel
em Serviço Social, pela Universidade do Estadual
Paulista “Júlio de Mesquita Filho” Faculdade de
Ciências Humanas e Sociais – FCHS.

Aprovado em: 14 de dezembro de 2023

Banca Examinadora



Prof.^a Dr^a Josiani Julião Alves de Oliveira- Unesp Franca



Prof.^a Camila Ribeiro Tomé

Documento assinado digitalmente
 EDVANIA ANGELA DE SOUZA
Data: 14/11/2023 07:46:55 -0300
Verifique em <https://validar.jti.gov.br>

Prof.^a Dr.^a Edvania Angela de Souza-Unesp Franca

DEDICATÓRIA

Dedicamos este trabalho para os grupos “empodera” e ao “mulheres resistentes” do CRAS Leste de Franca-SP, que nos ensinou as cores de suas vivências e a arte de suas potências.

AGRADECIMENTOS

Agradeço em especial ao meu companheiro de vida Willian, obrigada por ser meu alicerce nesse momento e em outros. Somos parceiros de vida, te amo!

À minha família, meus irmãos Gabriel e Giovanna, minha avó Maria das Graças e minha sogra Maria Aparecida, obrigada por sempre terem acreditado em mim e me incentivado a concluir essa etapa tão importante. Em especial ao meu pai André e a minha mãe Cleonice, estou aqui por vocês e para vocês!

Ao meu querido e falecido avô Arquileu, sei que onde o senhor estiver nunca deixou de me guiar. Agradeço por sempre ter me incentivado a buscar o melhor em mim, o senhor sempre despertou o melhor que eu posso ser.

Aos amigos da vida e aos que encontrei na Unesp, sem vocês tudo teria sido mais difícil, ter cada um foi essencial nessa jornada.

Agradeço ao Educafro, em especial a Thayane e Dona Sueli, gratidão por todo incentivo. Lugar onde tive todo apoio para seguir esse sonho da universidade pública, obrigada por todo aprendizado, por ser um lugar para além dos estudos, ser lugar de afeto.

Agradeço à minha supervisora de estágio Laura, sou grata por todas as trocas que tivemos. O tempo que passei estagiando no Cras Leste foi muito importante e rico para minha formação.

Aos professores que tive a oportunidade de ser aluna nessa vida, penso sempre em cada um de vocês. Em especial a professora Raquel, você plantou uma sementinha lá no ensino fundamental e eu a reguei com muito carinho, com certeza dará frutos.

**[...] Pra minha família essa é direcionada
Tanto a da rua como a de casa
Tamo de volta mais forte que nunca
E é por vocês que eu tô nessa parada. [...]**

Mc Hariel, sentimentos.

AGRADECIMENTOS

[...]Olhos fechados

Pra te encontrar

Não estou ao seu lado

Mas posso sonhar

Aonde quer que eu vá

Levo você no olhar

Aonde quer que eu vá

Aonde quer que eu vá[...]

Paralamas Do Sucesso, Aonde quer que eu vá.

Início os agradecimentos com esta música em dedicação ao meu falecido pai que sempre me incentivou a ser melhor e a nunca parar de estudar, sempre me ensinou que somente através dos estudos eu conseguiria alcançar meus objetivos. À você, Pai, sou eternamente grata, aonde quer que eu vá te levarei no olhar. Amo você.

Gostaria de agradecer imensamente a minha mãe por me ensinar as mais belas cores da vida e a arte da fortaleza que tenho em mim, obrigada por sempre me incentivar a ser melhor. Te amo!

À minha família por sempre me apoiar e trazer leveza por todos os processos que passamos durante o tempo da minha graduação, obrigada, sem vocês tudo seria mais cinza.

À minha Orientadora, Josiani Julião, que sempre me mostrou que é difícil, porém é possível, o primeiro passo é tentar, serei grata até o fim.

À minha supervisora de Estágio, Jane Lellis, por me mostrar que é rompendo os muros da universidade que a gente compreende a vida, muito obrigada.

Às minhas amigas Amanda Faustino, Helena Vitória e Karen Lopes que fizeram esse processo acadêmico ser mais leve, sou profundamente grata.

Aonde quer que eu vá, sempre serei grata à todas essas pessoas.

Amo vocês!

Estava ali,
a estrutura imposta,
e seu ar petulante,
sentia orgulho da muralha,
mas, também estavam ali,
as foices e os martelos,
começaram a derrubar,
eram muitos,
forças,
lutas,
resistências.

Tremeu!

Sacudiram as estruturas,
ultrapassaram os
limites estreitos
da grade linear,
uniram-se
politizaram-se,
e continuarão,
a quebrarem tijolos
dos contornos sufocantes!

Paula Ravagnani Silva

RESUMO

O presente estudo tem como objetivo investigar a arte como instrumento na dimensão socioeducativa do trabalho do Assistente Social no contexto da Política de Assistência Social. Apresenta os perfis pedagógicos do trabalho do Assistente Social ao longo do desenvolvimento da profissão, realizando um debate teórico e crítico do processo histórico, conceitual e legal, bem como do contexto de consolidação da Política de Assistência Social e da conquista como direito. Trata-se de uma pesquisa descritiva, do tipo bibliográfica e documental, fazendo aproximações sobre a construção social e histórica da arte e o Serviço Social, levando-se em consideração a arte como linguagem da dimensão socioeducativa e a arte vista pelo PAIF (Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família) na Proteção Social Básica. Os resultados do estudo assinalaram a arte como ferramenta potencializadora para um trabalho educativo reflexivo e crítico, contribuindo para a construção de identidades. Este trabalho pretende contribuir para os estudos da categoria profissional, bem como, para estratégias dos profissionais para atuação nesses espaços, além de destacar a arte enquanto instrumento capaz de desenvolver a dimensão socioeducativa do Assistente Social de forma inovadora.

Palavras-chave: Dimensão Socioeducativa. Assistência Social. Arte. Serviço Social

ABSTRACT

The present study aims to investigate the relationship of art as an instrument in the socio-educational dimension of the work of Social Workers in the context of Social Assistance Policy. It presents the pedagogical profiles of the Social Worker's work throughout the development of the profession, carrying out a theoretical and critical debate on the historical, conceptual and legal process, as well as the context of consolidation of the Social Assistance Policy and its achievement as a right. This is descriptive, bibliographic and documentary research, making approaches to the social and historical construction of art and its relationship with Social Service, taking into consideration art as a language of the socio-educational dimension and the art seen by PAIF (Protection and Comprehensive Family Assistance Service) in Basic Social Protection. The results of the study highlighted art as a tool that enhances reflective and critical educational work, contributing to the construction of identities. This work aims to contribute to studies of the professional category, as well as to professionals' strategies for working in these spaces, in addition to highlighting art as an instrument capable of developing the educational dimension of Social Workers in an innovative way.

Keywords: Socio-educational Dimension. Social assistance. Art. Social service

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Organograma da Política de Assistência Social.....	25
Figura 2 – Fotografia de Breakdance.....	49
Figura 3 – Abayomi: Encontro Precioso.....	51

LISTA DE SIGLAS

CFESS	Conselho Federal de Serviço Social
PAIF	Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família
PNAS	Política Nacional de Assistência Social
SUAS	Sistema Único de Assistência Social
CF	Constituição Federal
LBA	Liga Brasileira de Assistência
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

SUMÁRIO

RESUMO.....	09
ABSTRACT.....	10
LISTA DE FIGURA.....	11
LISTA DE SIGLAS.....	12
INTRODUÇÃO.....	15
CAPÍTULO 1: A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL: CONSIDERAÇÕES HISTÓRICAS, CONCEITUAIS E LEGAIS.....	16
1.1 ANTECEDENTES HISTÓRICOS DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.....	16
1.2 A CONSOLIDAÇÃO DA POLÍTICA PÚBLICA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL NO BRASIL: A CONQUISTA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL ENQUANTO UM DIREITO....	21
CAPÍTULO 2: A DIMENSÃO SOCIOEDUCATIVA DO ASSISTENTE SOCIAL.....	27
2.1 REFLEXÕES HISTÓRIAS: AS FACES DO TRABALHO EDUCATIVO	28
2.2 DIMENSÃO SOCIOEDUCATIVA: POSSIBILIDADES E DESAFIOS DO TRABALHO PROFISSIONAL.....	34
CAPÍTULO 3: ARTE E A DIMENSÃO SOCIOEDUCATIVA.....	38
3. 1 A ARTE ENQUANTO INSTRUMENTO DA DIMENSÃO SOCIOEDUCATIVA.....	39
3.2 A CONCEPÇÃO DA ARTE PELO PAIF.....	44
3.3 POSSIBILIDADES DO USO DA ARTE NO TRABALHO PROFISSIONAL.....	48
3.3.1 FOTOGRAFIA.....	48
3.3.2 ARTE MANUAL.....	50

3.3.3 POESIA.....	52
3.3.4 <i>RAP</i>.....	52
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	55
REFERÊNCIAS.....	57

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como objetivo investigar a arte como instrumento na dimensão socioeducativa do trabalho do Assistente Social no contexto da Política de Assistência Social.

Este contexto ganha relevância, visto que, as expressões artísticas enquanto intervenção, podem ser utilizadas como instrumento inovador para a concretização da dimensão socioeducativa no trabalho profissional. Para além de análises bibliográficas e documentais, traremos também à exposição de obras artísticas como exemplificação da potencialidade e limitações que as mesmas possuem para materializar a intervenção. Vale destacar, que a escolha da temática, a forma de desenvolver e apresentar o resultado e as reflexões da pesquisa, deu-se de inquietações e vivências durante o processo de estágio na área da Assistência Social das autoras.

A metodologia utilizada para a construção dessa pesquisa é o Materialismo-Histórico-Dialético. A fim de refletir as questões apresentadas neste trabalho pensando em totalidade, ou seja, considerando ao decorrer das análises os fatores políticos, sociais e econômicos da realidade brasileira. Esta pesquisa caracteriza-se como uma pesquisa exploratória qualitativa, as autoras analisaram criticamente os trabalhos já publicados na área. O presente trabalho utiliza de referências de vários pesquisadores, dentre eles: Abreu (2011), Guerra (2011), Heller (1972), Yazbek (2008) e Netto (2005).

No primeiro capítulo explora-se as raízes históricas, conceituais e legais da Política de Assistência Social, a fim de apresentar e refletir sobre essa política. A reflexão deste capítulo fornece compreensões históricas necessárias para entender sua trajetória e as normativas legais que regem essa política. Apresenta-se neste trabalho a PNAS (Política Nacional de Assistência Social) fazendo um recorte para a atuação na Proteção Social Básica, a fim de compreender como esta política tem se organizado atualmente, reflexão necessária para entendermos as demandas, os desafios e potencialidades para o exercício profissional e o uso da arte enquanto instrumento de intervenção.

No segundo capítulo, analisou-se a dimensão educativa do Serviço Social e sua concretização no campo da política social, evidenciando as diversas faces do

trabalho educativo durante os períodos históricos. Ao analisar os perfis pedagógicos da prática profissional, o trabalho reflete sobre a realidade histórica Brasileira, compreendendo como o contexto sócio-histórico da profissão influenciou a prática educativa dos assistentes sociais. Também foi realizada a reflexão sobre como se expressa a dimensão educativa na atuação profissional a partir da perspectiva de emancipação humana, inserida no contexto da Política Nacional de Assistência Social-PNAS. Neste capítulo foi possível pensar sobre o conhecimento e a origem da função pedagógica e compreender quais as possibilidades da dimensão educativa no cotidiano do profissional inserido na política.

No terceiro capítulo buscamos compreender a relação entre a arte e a dimensão socioeducativa, analisando as aproximações do Serviço Social atuando na Política de Assistência Social, especificamente na proteção social básica. Para além da análise crítica de bibliografias e documentos, desenvolvemos uma metodologia que consiste em analisar e exemplificar o tema com 4 tipos de expressões artísticas: a fotografia, o *rap*, a poesia e a arte manual, criando uma ponte para compreensão de como essas manifestações podem ser utilizadas no cotidiano da atuação profissional, quais são seus limites e potencialidades.

CAPÍTULO 1: A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, CONSIDERAÇÕES HISTÓRICAS, CONCEITUAIS E LEGAIS.

No capítulo inicial, são investigadas as origens históricas, conceituais e legais da Política de Assistência Social. A reflexão contida neste capítulo aponta momentos históricos que tiveram grande contribuição para que a política tornasse parte da Seguridade Social estabelecida pela Constituição Federal do Brasil de 1988, apresentando a trajetória da Assistência Social e os eventos essenciais que fizeram parte para que houvesse as regulamentações legais que orientam essa política.

1.1 ANTECEDENTES HISTÓRICOS E CONCEITUAIS DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

É de extrema importância remeter ao processo sócio-histórico para compreender as bases para constituição e regulamentação da Política de Assistência Social. A economia brasileira passou por vários ciclos que influenciaram a construção das políticas sociais, dois desses ciclos: a escravização e industrialização serão abordados neste capítulo para contextualizar a gênese da questão social no Brasil.

O primeiro ciclo que marcou a história do país foi o período de escravização, que teve início em meados de 1530 com a invasão de povos europeus e a diáspora africana. É necessário pontuar que quando se trata do processo de colonização no Brasil, não é coerente afirmar que foi uma descoberta, e sim invasão, visto que a população indígena já habitava o território brasileiro.

A colonização portuguesa no Brasil se efetivou a partir da exploração, povoamento, extermínio dos povos indígenas e africanos e apropriação de terras e das riquezas brasileiras.

Por quase duas centúrias, a plantação de cana-de-açúcar e seu processamento requerem a concentração de escravos na região nordestina do Brasil, embora os africanos estivessem espalhados por todo o território nacional. As descobertas de ouro e diamantes no século XV no estado de Minas Gerais deslocam o ponto focal dos escravos africanos mais para o sul. O mesmo fenômeno se repetiria quando na primeira metade do século XIX, a queda da produtividade das minas e o início do chamado ciclo do café, cujas plantações se localizavam principalmente nos estados do Rio de Janeiro e São Paulo, outra vez dirigiu a migração escrava mais para o sul. (NASCIMENTO, 2016, p.49)

Conforme a citação, os elementos que Abdias Nascimento traz em sua literatura, *Genocídio do Negro Brasileiro*(2016), é evidente que a escravização dos povos indígenas e africanos foi uma estratégia fundamental para o início da economia Brasileira, pois sem o escravizado a estrutura econômica não teria existido, não existiria colonização sem o escravizado, justamente porque não teria força de trabalho para erguer essa estrutura.

Após 388 anos de escravização em solo brasileiro, em 18 de maio de 1888, por pressões externas e resistências internas da população negra e

indígena, a princesa Isabel assina a Lei Áurea, à qual determinou a abolição da escravatura e a “libertação” da população escravizada, e a partir desse momento exonera essa população para fora do ciclo social e econômico, isentando a responsabilidade dos senhores dos engenhos, do Estado e da Igreja sob o crime cometido por quase 4 séculos e para além da isenção da culpa, expulsaram essas pessoas do ciclo da sociedade que agora teriam que constituir essa tal “liberdade” sem oportunidade de trabalho, estudo e nem reparação histórica.

Na obra de Fernandes (1968) a população negra não teria sido integrada na sociedade de classes por ter sido substituída por imigrantes europeus.

O “estrangeiro” aparecia, aí, como a grande esperança nacional de progressão por saltos. Nos demais setores, imperavam as conveniências e as possibilidades, escolhidas segundo um senso de barganha que convertia qualquer decisão em “ato puramente econômico”. Desse ângulo, onde o “imigrante” aparecesse, eliminava fatalmente o pretendente “negro” ou “mulato”, pois entendia-se que ele era o agente natural do trabalho. (FERNANDES, 1968, p. 27)

Quando aconteceu a abolição, as pessoas escravizadas foram descartadas do meio de produção, sendo substituídas por imigrantes de países europeus que iriam agora ser a mão de obra no período de início do processo de industrialização, o segundo ciclo que será abordado a seguir.

Portanto, o segundo momento que marcou a gênese da questão social no Brasil aconteceu em meados dos anos de 1930 com o nascimento e a consolidação da industrialização no Governo de Getúlio Vargas (1930-1945). Esse novo ciclo na economia Brasileira, marcou a história do país, e contribuiu para a criação do Serviço Social e consequentemente o desenvolvimento de um sistema de proteção social.

Nessa época foi implantado um vigoroso parque industrial, o qual foi considerado um dos mais importantes entre os países periféricos, contribuindo para o aumento do processo de urbanização, porém, foi um momento em que houve uma ascensão do aumento do desemprego, da precarização do trabalho, a intensificação das doenças, ou seja, a exploração do capital pelo trabalho na indústria intensificou as expressões da questão social, como afirma Santos:

Era flagrante a ausência de investimentos em infraestrutura urbana, o desprezo pelas condições de vida operária, significativos níveis de morbidade, mortalidade da população infantil e adulta, habitações em locais insalubres, doenças, fome, baixos salários (SANTOS, 2012, p. 37).

A partir dessas condições insalubres, os proletários não tinham alternativa a não ser viverem nessas condições propostas pelos proprietários dos meios de produção, conforme Netto (2001) “a pobreza crescia na razão direta em que aumentava a capacidade social de produzir riquezas”, pois os burgueses se apropriaram de toda a mais-valia, enquanto o trabalhador continuava a receber salários precários. Nesse contexto, inicia então a consciência de classe dos trabalhadores e então surgem diversas manifestações e revoltas da classe trabalhadora pelas precárias condições de vida.

Contudo, esses dois momentos da história Brasileira, a escravização e industrialização, são de extrema importância para compreender os marcos históricos do país e o contexto para a implementação do sistema das políticas sociais e da proteção social no Brasil, sobretudo, a Política de Assistência Social, sua gênese nasce com um caráter compensatório para regular e minimizar as mazelas sociais que esses dois momentos intensificaram.

Lima (1983) ressalta que o objetivo implícito desses serviços era “controlar os conflitos ou minimizar as disfuncionalidades sociais de modo mais sistemático e racional”. Neste sentido, a Assistência Social nasce de um interesse da classe burguesa à qual o objetivo era controlar as revoltas realizadas pela classe trabalhadora e consequentemente mantê-los no lugar de exploração.

O sistema de proteção social para indivíduos e famílias teve seu início em 1938 com a implementação pelo Conselho Nacional de Serviço Social (CNSS), representando um marco inicial na história do Serviço Social no Brasil, essa proteção foi o que chegou mais próximo da Política de Assistência Social.

Conforme resgata Mestriner (2001, p. 62),

Constitui-se de fato, num conselho de auxílios e subvenções, cumprindo, na época, o papel do Estado, de subsidiar a ação das instituições privadas. Não se refere à Assistência Social tratada como política social, mas da função social de amparo em contraponto ao desamparo disseminado que as populações, principalmente urbanas, traziam explícitas pela conformação da “questão social”. O amparo, nesse início, aparece travestido de Serviço Social, enquanto

manifestação da sociedade civil, sendo apenas posteriormente assumido pelo Estado.

A partir da criação do conselho em 1942, durante o governo de Getúlio Vargas, surgiu a Liga Brasileira de Assistência (LBA), cujo propósito principal era fornecer apoio às famílias dos soldados Brasileiros em virtude da Segunda Guerra Mundial. Durante esse período, a Política de Assistência Social era predominantemente caracterizada por assistencialismo, caridade e filantropia, em vez de um enfoque na garantia de direitos.

Em 1946, a LBA passou por uma reformulação, expandindo suas ações e objetivos, mas ainda mantendo sua abordagem assistencialista, consolidando-se como uma resposta institucional à pobreza. Essa abordagem continuou prevalecendo até o golpe de 1964, apesar do processo de democratização que o país experimentou desde 1946, como observado por Faleiros (2000, p. 46).

Portanto, com a criação da LBA que a assistência se aproximou das características de uma política de proteção social, mesmo que em primeiro momento a mesma planejava suas ações de forma caritativa e filantrópica.

Contudo, havia uma lacuna no processo de atuação para ter ênfase nas suas funções, a Liga Brasileira de Assistência (LBA) buscou colaboração das escolas de Serviço Social, o que resultou em uma aproximação significativa entre a LBA e a profissão de Serviço Social. Nesse período, a LBA estava em busca de organização técnica, enquanto o Serviço Social buscava sua legitimidade como uma profissão reconhecida.

Em 1969, a LBA foi transformada em uma fundação vinculada ao Ministério do Trabalho e Previdência Social, coexistindo com a Secretaria de Assistência Social, criada pelo General Geisel durante seu mandato como presidente militar.

Em consequência das intensas mobilizações dos movimentos sociais em busca de condições de vida dignas e da restauração da democracia no país, foi aprovada a Constituição Federal de 1988, também conhecida como Carta Constitucional do país.

Yazbek (2004, p. 26) ilustra esse momento histórico:

Com a Constituição de 1988, tem início a construção de uma nova concepção para a Assistência Social Brasileira. Incluída no âmbito da Seguridade Social e regulamentada pela Loas em dezembro de 1993, como política social pública, a Assistência Social inicia seu trânsito para um campo novo: o campo dos direitos, da universalização dos acessos e da responsabilidade estatal. (Yazbek 2004, p. 26)

A Política de Assistência Social só adquiriu *status* de política social com a promulgação da Constituição Federal em 1988. A partir desse momento, ela passou por um processo de institucionalização, profissionalização e aprimoramento em termos técnicos e políticos. É nessa constituição que encontramos o fundamento inicial para a construção de uma nova base para a política pública de Assistência Social no Brasil devido ao processo de democratização do cenário político da época.

1.2 A CONSOLIDAÇÃO DA POLÍTICA PÚBLICA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL NO BRASIL: A CONQUISTA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL ENQUANTO UM DIREITO.

Identificamos no decorrer deste capítulo que a trajetória da assistência social passou por vários marcos, porém neste tópico iremos apresentar a política como está estruturada atualmente após sua consolidação enquanto direito para nos fornecer subsídios para estruturar a reflexão deste estudo.

No terceiro artigo da Constituição, são delineados os objetivos primordiais, que se resumem na construção de uma sociedade livre, justa e solidária, promovendo o desenvolvimento nacional, erradicando a pobreza e a marginalização, e reduzindo as disparidades sociais regionais, com o intuito de beneficiar todos, independentemente de origem, raça, gênero, cor, idade ou outras formas de discriminação (BRASIL, CF, 1988).

O artigo 193, parágrafo único, enfatiza que o Estado é responsável pelo planejamento das políticas sociais, garantindo a participação da sociedade na formulação, monitoramento, controle e avaliação dessas políticas, conforme previsto em lei (BRASIL, CF, 1988). Isso destaca a importância da participação popular na criação e avaliação das políticas públicas, algo que não era permitido durante o período pós-regime militar.

Ao mesmo tempo, o artigo 194 da Constituição Federal estabelece o sistema de seguridade social, que compreende um conjunto coordenado de ações promovidas pelo governo e pela sociedade para garantir os direitos à saúde, previdência e Assistência Social.

A Política de Assistência Social, prevista nos artigos 203 e 204 da Constituição Federal de 1988, faz parte da seguridade social, é direito do cidadão e dever do estado, que de forma contributiva, deve garantir a inclusão a todos que se encontram em situação de vulnerabilidade e/ou em situação de risco, inserindo-os na rede de Proteção Social (BRASIL, CF, 1988)

Para além da exposição do conceito da Política Nacional de Assistência Social (PNAS) é importante fazer o movimento dialético para pensar a singularidade e a totalidade da legislação, portanto é necessário contextualizar o cenário Brasileiro após a promulgação da Constituição Federal.

Nas eleições presidenciais de 1989, Fernando Collor de Mello e Luiz Inácio Lula da Silva concorreram, com Collor sendo eleito com uma plataforma neoliberal que favorecia a elite Brasileira e limitava as políticas sociais.

No entanto, mesmo com a ascensão do neoliberalismo, medidas de políticas sociais e legislação trabalhista eram necessárias para controlar o movimento dos trabalhadores. Apesar dos avanços políticos e sociais estabelecidos na Constituição de 1988, a legislação que regulamenta a Política de Assistência Social só foi aprovada em 1993, conhecida como Lei Orgânica de Assistência Social, Lei 8.742 (LOAS).

Essa lei legitima a política pública e a participação da população na sua organização, destacando a importância da participação popular na formulação e controle das políticas sociais.

De acordo com o artigo primeiro da Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS),

“A Assistência Social, direito do cidadão e dever do Estado, é Política de Seguridade Social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas”.
(BRASIL, LOAS, 1993)

Desse modo, a Assistência Social configura-se como possibilidade de reconhecimento público da legitimidade das demandas de seus usuários e espaço de ampliação de seu protagonismo.

Em consonância com o disposto na LOAS, capítulo II, seção I, artigo 4º, a Política Nacional de Assistência Social rege-se pelos seguintes princípios democráticos:

- I – Supremacia do atendimento às necessidades sociais sobre as exigências de rentabilidade econômica;
- II – Universalização dos direitos sociais, a fim de tornar o destinatário da ação assistencial alcançável pelas demais políticas públicas;
- III – Respeito à dignidade do cidadão, à sua autonomia e ao seu direito a benefícios e serviços de qualidade, bem como à convivência familiar e comunitária, vedando-se qualquer comprovação vexatória de necessidade;
- IV – Igualdade de direitos no acesso ao atendimento, sem discriminação de qualquer natureza, garantindo-se equivalência às populações urbanas e rurais;
- V – Divulgação ampla dos benefícios, serviços, programas e projetos assistenciais, bem como dos recursos oferecidos pelo Poder Público e dos critérios para sua concessão. (BRASIL, CF, 1988).

A organização da Assistência Social tem as seguintes diretrizes, baseadas na Constituição Federal de 1988 e na LOAS:

- I - Descentralização político-administrativa, cabendo a coordenação e as normas gerais à esfera federal e a coordenação e execução dos respectivos programas às esferas estadual e municipal, bem como a entidades beneficentes e de Assistência Social, garantindo o comando único das ações em cada esfera de governo, respeitando-se as diferenças e as características socioterritoriais locais;
- II – Participação da população, por meio de organizações representativas, na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis;
- III – Primazia da responsabilidade do Estado na condução da Política de Assistência Social em cada esfera de governo;
- IV – Centralidade na família para concepção e implementação dos benefícios, serviços, programas e projetos.

Nessa perspectiva, segundo a PNAS, a política tem como norteammento três objetivos:

- I. Oferecer serviços, programas, projetos e benefícios de proteção social básica e, se necessário, especial, para famílias, indivíduos e grupos que demandam esses recursos;
- II. Contribuir para a inclusão e equidade dos usuários, ampliando o acesso a serviços socioassistenciais básicos e especiais tanto em áreas urbanas quanto rurais.
- III. Garantir que as ações no campo da Assistência Social tenham a família como foco central e promovam a convivência familiar e comunitária. (MDS, BRASÍLIA, 2004)

Para além dos objetivos, a proteção social ofertada pela Política de Assistência Social deve garantir as seguintes dimensões de segurança:

- I. Segurança de sobrevivência, que engloba a garantia de renda e autonomia para todos, assegurando meios monetários para a subsistência, independentemente de limitações para o trabalho ou desemprego.
- II. Segurança acolhida, que se concentra na provisão das necessidades humanas básicas, como alimentação, vestuário e abrigo, essenciais para a vida em sociedade, visando a autonomia na obtenção dessas necessidades
- III. Segurança de convívio ou vivência familiar, que busca atender às necessidades de convivência e relacionamento das pessoas em situação de vulnerabilidade social, reforçando os laços familiares e comunitários. (MDS, BRASÍLIA, 2004)

Portanto, para garantir as seguranças e o alcance dos objetivos, a Política de Assistência Social se divide em duas vertentes de proteção: proteção social básica e proteção social especial, de acordo com a PNAS (2004).

A proteção social básica tem como objetivo prevenir situações de risco, estimulando o desenvolvimento de habilidades e fortalecendo os vínculos familiares e comunitários. Ela envolve o desenvolvimento de serviços, programas e projetos locais voltados para o acolhimento, convivência e integração de famílias e indivíduos, de acordo com a identificação das situações de vulnerabilidade apresentadas.

Segundo a Política Nacional de Assistência Social (2004), os serviços, programas, projetos e benefícios de proteção social básica são executados de forma direta nos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS) e deverão se articular com as demais políticas públicas locais, de forma a garantir a sustentabilidade das ações desenvolvidas e o protagonismo das famílias e indivíduos atendidos, de forma a superar as condições de vulnerabilidade e a prevenir as situações que indicam risco potencial.

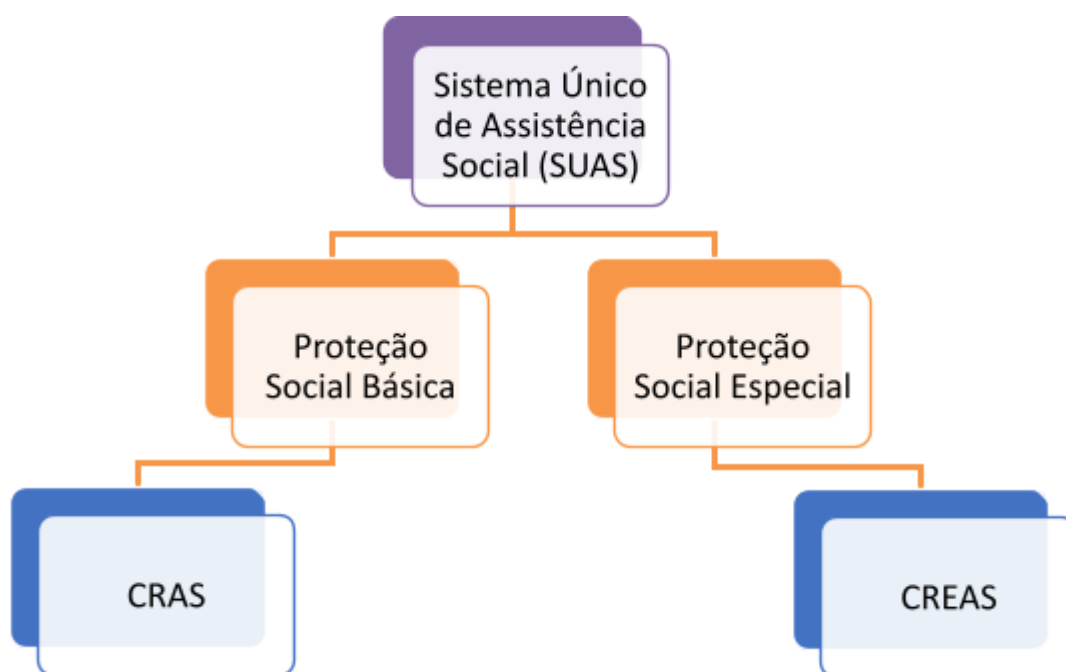
De acordo com a Política Nacional de Assistência Social de 1998 (PNAS), a proteção social especial é uma modalidade de atendimento assistencial voltada para famílias e indivíduos que se encontram em situações de risco pessoal e social. Isso pode ocorrer devido a diversas circunstâncias, como abandono, maus-tratos físicos ou psicológicos, abuso sexual, uso de substâncias psicoativas, cumprimento de medidas socioeducativas, situação de rua, trabalho infantil e outras situações similares.

Esses serviços de proteção social especial são prestados diretamente pelos Centros de Referência da Assistência Social (CREAS) e são divididos entre proteção de média e alta complexidade.

A proteção especial de média complexidade inclui a atuação do Centro de Referência Especializado da Assistência Social, com o propósito de fornecer orientação e promover o convívio sociofamiliar e comunitário. Em contraste com a proteção básica, esse tipo de assistência é direcionado para lidar com situações de violação de direitos. Por outro lado, os serviços de proteção social especial de alta complexidade englobam a garantia de proteção integral, abrangendo moradia, alimentação, higienização e trabalho protegido para famílias e indivíduos que se encontram sem referência ou em situação de ameaça, necessitando ser removidos de seu núcleo familiar ou comunitário.

A seguir há uma ilustração de como a organização da Política de Assistência Social por meio de um organograma.

Figura 1- Organograma da Política de Assistência Social



Com o reconhecimento de Política de Seguridade Social, surge a necessidade da criação de uma gestão para direcionar e organizar os princípios, diretrizes e objetos da política, portanto as ações na área da Política de Assistência Social estão organizadas sob a forma de sistema descentralizado e participativo, denominado Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

A criação desse modelo de gestão em 2004 solidificou ainda mais o direito à participação, garantindo a descentralização e a participação da comunidade na oferta de serviços socioassistenciais em todo o país.

Conforme a Política Nacional de Assistência Social (PNAS), o SUAS estabelece princípios e diretrizes para a organização e oferta de serviços socioassistenciais no Brasil:

O SUAS, cujo modelo de gestão é descentralizado e participativo, constitui-se na regulação e organização em todo o território nacional das ações socioassistenciais. Pressupõe, ainda, gestão compartilhada, co-financiamento da política pelas três esferas de governo e definição clara das competências técnico-políticas da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, com a participação e mobilização da sociedade civil, e estes têm o papel efetivo na sua implantação e implementação. (MDS, BRASÍLIA, 2004)

Sendo assim, ainda referenciado na Política Nacional de Assistência Social, o modelo de gestão comporta quatro tipos de gestão: da União, do Distrito Federal, dos estados e dos municípios. A União desempenha principalmente o papel de formular, apoiar, articular e coordenar ações. Por outro lado, os Estados têm a responsabilidade de gerir a Assistência Social em conformidade com suas competências, cujas atribuições estão estabelecidas na Norma Operacional Básica (NOB/Suas).

No contexto da administração municipal e do Distrito Federal, existem três possíveis graus de habilitação no Suas: inicial, básica e plena. A gestão inicial é atribuída aos municípios que atendem a requisitos mínimos, como a presença e operacionalidade de conselho, fundo e planos municipais de Assistência Social, e a execução das ações da Proteção Social Básica com recursos próprios. No nível básico, o município assume, com autonomia, a gestão da proteção social básica. No nível pleno, ele assume a gestão completa das ações socioassistenciais.

O SUAS (2004) define e organiza os eixos estruturantes para a execução da Política de Assistência Social:

- I. Matricialidade Sociofamiliar.
 - II. Descentralização político-administrativa
 - III. Territorialização.
 - IV. Novas bases para a relação entre Estado e Sociedade Civil.
 - V. Financiamento.
 - VI. Controle Social.
 - VII. O desafio da participação popular/cidadão usuário.
 - VIII. A Política de Recursos Humanos.
 - IX. A Informação, o Monitoramento e a Avaliação.
- (MDS, BRASÍLIA, 2004)

Portanto, com a exposição da legislação fica evidente que apesar da regulamentação de políticas sociais mais progressistas referente à garantia de direitos na Constituição de 1988, não há a intenção do Estado e da classe dominante fazer com que haja a ruptura com a estrutura que tem privilegiado uma pequena parcela da sociedade.

Alguns reflexos das artimanhas da hegemonia neoliberal tem sido um processo desmobilizador da luta pelos direitos sociais, em que muitas vezes esses direitos têm sido desrespeitados. Há um movimento conservador que estagna e viola as condições dos indivíduos que são atendidos pelas políticas.

A ascensão da hegemonia neoliberal trouxe consigo uma série de “armadilhas” que afetam profundamente a categoria do trabalho profissional da Assistência Social. Sob a influência dessas ideias predominantes, a natureza e o propósito do trabalho social têm sofrido transformações significativas, em detrimento das populações mais vulneráveis e dos próprios profissionais que atuam nesse campo.

Neste contexto, a predominância neoliberal no cenário do atual sistema capitalista destaca a suposta autonomia e liberdade individual, promovendo-as sob a retórica da meritocracia. Por meio de estratégias de despolitização e culpabilização dos sujeitos, essa abordagem contribui para a fragmentação que mina as iniciativas e conquistas coletivas, enfraquecendo assim as lutas coletivas.

Contudo, ao decorrer dos próximos capítulos iremos compreender como se materializa o processo de intervenção e a dimensão socioeducativa nessa

política, especificamente na proteção social básica, buscando compreender se apesar do reordenamento da política, há a possibilidade de realizar o trabalho socioeducativo utilizando a arte enquanto instrumento para concretizar o processo de mediação.

CAPÍTULO 2: A DIMENSÃO SOCIOEDUCATIVA DO ASSISTENTE SOCIAL

Este capítulo tem como objetivo refletir sobre o caráter educativo que o Assistente Social possui desde o surgimento da profissão, realizando uma reflexão sobre as faces que a função pedagógica desempenhou ao longo de cada período histórico, aprofundando conhecimento da função pedagógica que a profissão esteve presente, baseando-se principalmente nas ideias de Abreu (2011) e no que a autora descreve como perfis pedagógicos da prática do Assistente Social.

2.1 REFLEXÕES HISTÓRICAS: AS FACES DO TRABALHO EDUCATIVO.

Destaca-se, conforme afirma Abreu (2011) as faces do trabalho educativo ao longo da constituição da profissão, são elas:

- A pedagogia da ajuda.
- A pedagogia da participação.
- A pedagogia emancipatória.

De acordo com a autora, trata-se dos perfis pedagógicos do Assistente Social:

O Serviço Social, na sociedade Brasileira, institucionaliza-se e desenvolve-se como profissão de cunho educativo, nos marcos sócio-históricos que peculiarizam a organização, difusão e crise da cultura — engendrada a partir dos interesses do capital, com ênfase da chamada cultura do bem-estar — identificando-se perfis pedagógicos diferenciados na mencionada trajetória profissional. (ABREU, 2011, p. 46)

Ao refletir sobre a dimensão educativa que a profissão adquire, é necessário considerar o surgimento do Serviço Social e a quem ele responde. No Brasil surge por volta da década de 1930 em um contexto de forte expansão do sistema capitalista. Nesse momento de tensão dos interesses da classe

operária e classe burguesa, os profissionais de Serviço Social são requisitados para atuação.

A Questão Social conforme traz Iamamoto (2005) são “expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político” torna-se objeto de trabalho do Assistente Social que possui nesse momento uma prática profissional que atende aos interesses do capital e contribui para o seu desenvolvimento e expansão.

A profissão foi então instituída através de práticas caritativas direcionadas às pessoas empobrecidas e com o objetivo de desenvolver ações sociais de caráter religioso. As práticas profissionais tiveram influências a partir de ideais da Igreja Católica, conforme descreve Iamamoto (2005) “em suas origens no Brasil o Serviço Social está intimamente vinculado a iniciativas da Igreja”, assim essas ações concedem aos profissionais um caráter de caridade.

Ainda sobre a relação com a Igreja, ressalta Yazbek (2009, p. 03):

[...] Relação que vai imprimir à profissão caráter de apostolado fundado em uma abordagem da “questão social” como problema moral e religioso e numa intervenção que prioriza a formação da família e do indivíduo para solução dos problemas e atendimento de suas necessidades materiais, morais e sociais. (YAZBEK, 2009, p. 03)

É nessa relação com a igreja católica que o Serviço Social Brasileiro formula as finalidades e a atuação baseada em práticas conservadoras. A profissão surge para dar respostas às mazelas do sistema capitalista, desde sua formulação há em todo momento processos de disputas e relações de interesses por parte da classe dominante. Durante esse processo os profissionais são requisitados para atuar com o objetivo amenizar as revoltas da classe trabalhadora devido as expressões da questão social.

Nas palavras de Iamamoto (2006, p. 75), ao falar do significado social da profissão, aponta que o trabalho do Assistente Social responde tanto às demandas do capital quanto das requisições da classe trabalhadora:

Responde tanto a demandas do capital como do trabalho, e só pode fortalecer um ou outro polo pela mediação de seu oposto. Participa tanto dos mecanismos de dominação e exploração como, ao mesmo tempo e pela mesma atividade, da resposta às necessidades de sobrevivência da classe trabalhadora e da reprodução do antagonismo

desses interesses sociais, reforçando as contradições que constituem o motor básico da história. (IAMAMOTO, 2006, p. 75),

A intervenção profissional desde sua formulação atua em um campo permeado de interesses do capital. Este, utiliza-se de estratégias para sua reprodução e a gênese do Serviço Social contribuiu para esse processo. Nas palavras de Iamamoto (2003, p. 98) este profissional é chamado para realizar “funções de controle social e reprodução da ideologia dominante, sendo o campo de atuação permeado de contradições”.

Conforme pensamentos de Abreu (2011), o Serviço Social ao consolidar-se enquanto profissão e sua atuação nos sistemas fordistas e tayloristas, requer dos profissionais práticas voltadas ao controle social. A atuação do Assistente Social acontece no sentido educativo de “ressocialização” conforme destaca a autora. Assim, a prática pedagógica do profissional nesse período acontecia de formas persuasivas.

Nesse momento, os profissionais são chamados a dar resposta no que diz respeito ao apaziguamento das relações, o chamado “conformismo social” nas palavras de Abreu (2011). O papel educativo neste momento, tratava-se de “domar” no sentido de engendrar o trabalhador ao novo modo de produção. Conforme afirma a autora,

A função pedagógica dos assistentes sociais no processo de institucionalização do Serviço Social na Europa e nos Estados Unidos, na primeira metade deste século, vinculada ao processo de organização da cultura dominante, funda-se numa visão psicologista da questão social, reduzida às suas manifestações individuais. Este entendimento consubstancia a “ajuda” psicossocial individualizada, modalidade interventiva que traduziu a expressão mais elaborada da prática dos assistentes sociais na referida fase do desenvolvimento profissional. (ABREU, 2011 p. 131)

Nesse momento de expansão do sistema capitalista, tal como, agudização das expressões da questão social, o Assistente Social em sua dimensão pedagógica é requisitado a atuar no sentido da ajuda, da ressocialização e da “pacificação”. Ou seja, moraliza a questão social e a individualiza, culpabilizando os indivíduos por essas questões, conforme denomina a autora como “Pedagogia da Ajuda”. Pode-se perceber isso, a partir da afirmação de Abreu:

O desenvolvimento do processo de “ajuda” psicossocial individualizada no Serviço Social parte do ponto de vista de que a questão social - reduzida às suas manifestações na esfera individual - constitui-se um *problema moral*. Esta noção justifica uma intervenção via Assistência Social individualizada de cunho moralizador direcionada para a *reforma moral* e a *reintegração social*. (ABREU, 2011, p. 133)

Ao moralizar a questão social, a prática do Assistente Social realizada de forma culpabilizadora, atribuía aos usuários uma individualização dos problemas sociais, sem pensar e refletir com os próprios usuários que essas questões são oriundas do sistema capitalista.

Tal prática realizada pelos profissionais, era desenvolvida no sentido de contribuir para o avanço e desenvolvimento do sistema capitalista. Além de individualizar as práticas profissionais para que não houvesse sentimento de coletividade da classe trabalhadora, tudo era reduzido ao individual. É nesse sentido que Abreu (2011) descreve que a formação da função educativa do Assistente Social nesse momento é realizada de forma “persuasiva e coercitiva para obter a adesão e o consentimento das classes subalternas” (p. 142), ou seja, para que a classe trabalhadora aceitasse as novas configurações do sistema capitalista.

A partir da década de 1960 a 1970, os países latino-americanos começam a sofrer com “ideologias desenvolvimentistas”. Durante a crise do capital e com a sua necessidade de expansão a outros países, a ideia de que os países latino-americanos encontram-se atrasados no seu desenvolvimento e assim é necessário que haja uma “modernização”. Esses ideais desenvolvimentistas, buscavam a industrialização dos países. Assim, na sociedade brasileira houve transformações econômicas que impactam diretamente na cultura e consequentemente o Serviço Social Brasileiro. Conforme trás em seus estudos Ligabue (2016):

Nesse sentido, a função pedagógica do Serviço Social reatualizou mecanismos de controle e persuasão com seu princípio educativo embasado no novo reordenamento do capital - que se reconstruía sobre bases liberais de pleno emprego e ajuda aos países —atrasados. (LIGABUE, 2016. p. 63)

De acordo com Netto (2005), nesse período a profissão enfrenta o processo de renovação. Era necessário aos profissionais que se adequassem a transformações da sociedade, adquirindo um posicionamento funcionalista e positivista nas práticas profissionais, criando instrumentos técnicos para a atuação. A perspectiva modernizadora, conforme o autor:

[...] uma perspectiva modernizadora para as concepções profissionais um esforço no sentido de adequar o Serviço Social, enquanto instrumento de intervenção inserido no arsenal de técnicas sociais a ser operacionalizado no marco de estratégias de desenvolvimento capitalista, às exigências postas pelos processos sócio-políticos emergentes no pós-64. (NETTO, 2005, p.154)

É nesse momento que surge a “pedagogia da participação” conforme denominado por Abreu (2011), a prática pedagógica e educativa realizada pelos profissionais de Serviço Social nesse momento, acontecia a partir de um ideal desenvolvimentista, sobre a ideia de modernização do Serviço Social, a fim de adequar populações subalternizadas, principalmente rurais, as mudanças que são exigidas pelo capital. Assim, são necessárias segundo a autora mudanças cercadas de ações educativas:

[...] mudanças estruturais serem acompanhadas de experiências “educativas” voltadas para a alteração de valores e costumes das classes subalternas, sobretudo das populações rurais, consideradas atrasadas, motivo pelo qual representam entraves ao desenvolvimento. (ABREU, 2011, p. 170)

Ou seja, mudanças estruturais deveriam ser acompanhadas de mudanças culturais, a fim de evitar maior revolta e organização da classe trabalhadora. A pedagogia da “participação” surge no sentido de promover a participação da sociedade, mas de modo que exista ainda assim um controle. Pode-se perceber que a intenção nesse momento era de que as pessoas participassem, contudo, com o objetivo de que acontecesse uma mudança cultural controlada. Conforme aponta Abreu (2011),

Assim, as funções pedagógicas desempenhadas pelo Assistente Social no âmbito da mobilização e participação populares nutrem-se da pedagogia autoritária dominante difundida pelo projeto de modernização conservadora. Esta pedagogia engendra-se face à necessidade de adequação do modo vida à expansão da racionalidade fordista/taylorista no país viabilizada pelo referido projeto (ABREU, 2011, p. 174).

A participação, nesse sentido, demonstrava uma necessidade do trabalho pedagógico e educativo a partir de intervenções controladoras tais práticas não se alinhavam a princípios democráticos, conforme destaca Moraes,

Foi nesse momento que se configurou o modelo da “pedagogia da participação” para o Serviço Social, fundamentado numa concepção positivista e caracterizando-se por: mudança cultural controlada, contribuição na geração do bem-estar coletivo, superação do atraso, perspectiva de globalidade, busca de fundamentos nos planos nacionais de desenvolvimento e destaque para o planejamento social. (MORAES, 2021, p. 92)

Com a crise da autocracia burguesa no final da década de 70 e com o crescimento dos movimentos sociais, a partir também de diversas transformações sociais e econômicas, o Serviço Social começa a repensar a prática profissional.

A partir dos anos 1970 ocorreram importantes acontecimentos em diferentes âmbitos: na formação; na produção e divulgação dos conhecimentos a respeito da profissão; na virada nas entidades da categoria com um novo projeto para o Serviço Social e a perspectiva de articulação entre elas. Estes fatos foram fundamentais para a ruptura no Serviço Social brasileiro e latino-americano com a perspectiva conservadora. (YAZBEK, BRAVO, RAICHELIS, 2019, p. 409)

A partir do Movimento de Reconceituação do Serviço Social, processo em que se pensava um Serviço Social com uma atuação crítica, enfatizava a construção de um perfil profissional orientado por um novo projeto de sociedade, uma profissão “comprometida com os interesses da massa da população” (NETTO, 2005 p. 18).

Nesse momento, no processo de ruptura, de acordo com Moraes (2021) “a profissão propôs uma ruptura com o projeto societário aliado à ordem burguesa e se pôs a construir um projeto profissional de formação e atuação em conexão com a defesa das classes trabalhadoras e/ou subalternas”.

A construção, segundo Abreu (2011), da “pedagogia da emancipação” só é possível no Serviço Social a partir da vinculação dos profissionais com um Projeto-Ético-Político-Profissional comprometido com os interesses na defesa dos direitos da classe trabalhadora.

Conforme ressalta a autora,

Este novo conformismo, em tese, consubstancia-se na crítica que sustenta o movimento de superação da sociedade capitalista e construção do socialismo. Portanto, integra a perspectiva de organização de uma nova cultura pelas classes subalternas como tarefa de um projeto societário verdadeiramente revolucionário. Nesse sentido coloca-se como exigência a realização de um imenso trabalho de crítica do pensamento tradicional dominante e de elaboração/difusão de uma nova e superior concepção de mundo, que passa necessariamente pela reestruturação radical do sistema global de controle social e instituição de um novo modo de ser do ser social. (ABREU, 2011, p. 196)

O caráter pedagógico da profissão, no sentido da busca pela emancipação humana, realiza-se através de uma intervenção crítica na realidade concreta, na intenção de construção de uma nova cultura, aliada aos movimentos sociais e organizações da classe trabalhadora, e na perspectiva da construção de uma nova sociedade que, segundo o Código de Ética profissional (1986) é a “opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação, exploração de classe, etnia e gênero”.

2.2 DIMENSÃO SOCIOEDUCATIVA: POSSIBILIDADES E DESAFIOS DO TRABALHO PROFISSIONAL NA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

O Serviço Social, enquanto profissão, encontra como seu campo de atuação a realidade, ao inserir-se nesse contexto contraditório, existem opções de agir de modo contrário ao que essa realidade nos impõe. Há, portanto, uma oportunidade de refletir junto aos sujeitos envolvidos nesse processo, a classe trabalhadora.

Em tempos de avanço do neoliberalismo, onde há uma negação da responsabilidade do Estado para com as políticas sociais, o trabalho do Assistente Social torna-se cada vez mais precarizado e o sistema exige do profissional uma prática pedagógica no sentido de manutenção da ordem vigente.

O Assistente Social possui um papel de impulsionador, pois “uma massa humana não se distingue e não se torna independente por si, sem organizar-se (...)” (Gramsci, 1978, p. 21). Para a mudança de um ideal de cultura precisamos

necessariamente de um trabalho educativo e no cotidiano profissional o Assistente Social a partir do seu posicionamento profissional, pautado no Código de Ética, deverá fomentar o debate com a classe trabalhadora visando a sua emancipação. Nesse sentido segundo Abreu e Cardoso (2009):

A função pedagógica desempenhada pelo Assistente Social inscreve a prática profissional no campo das atividades educativas formadoras da cultura, ou seja, atividades formadoras de um modo de pensar, sentir e agir, também entendido como sociabilidade. (ABREU; CARDOSO, 2009, p. 2)

Conforme refletido, o Assistente Social possui a capacidade de exercer a dimensão educativa da profissão a partir de abordagens pedagógicas nos domínios de sua atuação, podendo refletir junto aos usuários com uma perspectiva crítica sobre a realidade. Na prática profissional, este se posiciona como mediador entre os direitos e os usuários, adquirindo, assim, a habilidade de facilitar a mediação de conhecimentos.

Ao atender os usuários das diversas políticas sociais em que estão inseridos, a atuação deste profissional pode contribuir para a manutenção das desigualdades. É necessário que os profissionais entendam os usuários enquanto agentes transformadores da sua própria história, sem culpabilizar, sem colocá-los em lugares subalternos, mas refletindo acerca do sistema vigente.

Para a construção de uma nova cultura e hegemonia do poder, é necessário que as famílias atendidas estejam presentes no processo de consciência de classe, ou seja, o trabalho educativo e pedagógico no sentido da emancipação humana, segundo Eiras “Trata-se antes de investir na construção das possibilidades de ação, possibilidades de constituição de sujeitos capazes de agir sobre o que efetivamente consideram necessário”. (EIRAS, p. 169). Isto é, considerar as famílias enquanto agentes dotados de saberes, experiências e capacidade é necessário para o desenvolvimento do trabalho educativo na perspectiva crítica. Entendê-los como sujeitos ativos capazes de contribuir para a construção e difusão de conhecimentos da realidade social.

Envolver os usuários no processo de “consciência de classe”, trata-se de partilhar a compreensão sobre as estruturas de poder da sociedade e posição da classe trabalhadora na estrutura social e econômica. A dimensão educativa

passa pelo processo de refletir junto a essas famílias a entender não apenas suas situações individuais, mas também a situá-las em um contexto mais amplo de desigualdades sociais.

O trabalho educativo, em qualquer espaço sócio-ocupacional, deve estar pautado nos princípios do PEPP (Projeto Ético-Político Profissional), visando a autonomia dos usuários e a construção da emancipação humana. A dimensão educativa requer estratégias de enfrentamento,

As requisições e atribuições direcionadas aos assistentes sociais são respondidas a partir de sua vinculação a um projeto profissional, tendo como conteúdos o referencial teórico-metodológico e ético-político expresso nesse projeto no patamar em que foi apreendido e assimilado subjetivamente pelo profissional. O entendimento que o profissional possui sobre o trabalho socioeducativo é condicionado pela vinculação a um projeto profissional no patamar de apreensão e assimilação teórico metodológica, ético-política no qual se encontra, bem como pelo manejo que detém sobre as técnicas, sobre os procedimentos e sobre os instrumentos envolvidos nessa atividade. (EIRAS, 2013, p. 157)

Ao decorrer destas reflexões é possível perceber que o Serviço Social adquire um trabalho pedagógico e educativo desde o surgimento da profissão. Em cada particularidade dos momentos históricos essa prática educativa esteve carregada de intencionalidade, em alguns visando a ordem vigente e em outros priorizando a emancipação humana. Em todos, porém, é possível observar que a dimensão educativa está intrinsecamente ligada ao trabalho profissional do Assistente Social.

Segundo Paulo Freire (1987), em sua obra *Pedagogia do oprimido*, “Ninguém educa ninguém, ninguém educa a si mesmo, os homens se educam entre si, mediatizados pelo mundo.” Assim, o Assistente Social deve atuar na troca de conhecimentos, contribuindo para o desenvolvimento das potencialidades dos usuários.

O exercício da dimensão educativa torna-se possível na Política de Assistência, a partir do cotidiano de trabalho neste espaço, nos atendimentos, nas visitas domiciliares, nos grupos de acompanhamento, visto que em todas essas intervenções, há a mediação entre o usuário e o direito, nesse sentido, há possibilidade de troca de conhecimentos e reflexões. Torna-se um campo

privilegiado para o caráter pedagógico da profissão, pois é possível refletir junto à população sobre o acesso aos direitos sociais.

Nessa atuação, é importante pontuar o quão as Políticas Sociais exercem a função de manutenção do sistema vigente. Essas, desde sua gênese, são contraditórias, visto que, possuem um papel de controle da classe trabalhadora e ao mesmo tempo um lugar de conquista de direitos, contribuindo para a reprodução das desigualdades, pois não enfrentam as estruturas econômicas e sociais do país e não agem de maneira a considerar as desigualdades como oriundas do processo de acumulação do capital e assim perceber a questão social.

Os usuários da Política de Assistência Social, chegam cotidianamente até os equipamentos com diversos direitos violados, nesse sentido o exercício da dimensão educativa vai além da prestação dos serviços assistenciais, envolvendo também a promoção da conscientização, autonomia e capacitação dos indivíduos atendidos.

Nesse contexto, o profissional de Serviço Social desempenha um papel de mediador do conhecimento, contribuindo para que as pessoas possam refletir sobre as vulnerabilidades sociais e relacionais que se materializam em sua realidade. A partir da Política Nacional de Assistência Social (PNAS), que possui como objetivo garantir a proteção social em situações de vulnerabilidade e risco social, busca ofertar para além dos benefícios assistenciais, promover a inclusão social e o fortalecimento de vínculos das famílias e dos territórios, assim o trabalho educativo ganha sentido.

O Programa de Atenção Integral à Família (PAIF) desenvolvido nos Centro de Referência de Assistência Social, é um espaço privilegiado para o desenvolvimento da ação pedagógica. Nesse sentido, a arte surge enquanto uma possibilidade para a instrumentalização do trabalho educativo.

As Orientações Técnicas sobre o PAIF (2012) enfatizam o quanto a arte deve estar ligada às atividades desenvolvidas nesse espaço.

O PAIF, portanto, deve se valer de ações culturais, tais como: apresentações musicais, teatrais, dança, exposições de artes plásticas, fotografia, artesanato e salas de memória comunitária a fim de estabelecer uma forma diferenciada e criativa de desenvolver o trabalho

social com famílias, pois a cultura é capaz de propiciar impressões e sentimentos que favorecem a reflexão e a assimilação de mensagens necessárias para o resgate de tradições, da história do território, das trajetórias familiares e da identidade da população, constituindo-se como uma poderosa ferramenta apta a estreitar e empoderar as relações familiares e comunitárias. (MDS, BRASÍLIA, 2012)

Ao realizar discussões críticas sobre os direitos sociais, a arte pode contribuir no exercício da dimensão educativa, a partir de grupos de acompanhamento, das oficinas e dos atendimentos particularizados. A arte surge para desvelar e criticar a realidade social, realizando reflexões e diálogos sobre as realidades vividas. Assim, é uma forma de aproximar-se dos usuários, de pensar as potencialidades do território e refletir sobre possíveis estratégias de enfrentamento.

CAPÍTULO 3: ARTE E A DIMENSÃO SOCIOEDUCATIVA

Neste capítulo será abordado sobre a arte enquanto instrumento para materializar a dimensão socioeducativa do trabalho profissional do Assistente Social, pensando que uma das faces do saber técnico-operativo é a dimensão socioeducativa. Serão refletidos apontamentos referentes à arte enquanto instrumento de intervenção nesse processo, cujo objetivo é proporcionar reflexões e criticidade, contribuindo para a conscientização da população e criação de formas de enfrentamento referente às expressões da questão social em que a classe trabalhadora tem diariamente enfrentado, garantindo a emancipação humana da população usuária que tem sido subalternizada diariamente pelo sistema capitalista.

3.1 A ARTE ENQUANTO INSTRUMENTO DA DIMENSÃO SOCIOEDUCATIVA.

O debate sobre a arte é amplo e atemporal. A arte tem o potencial de revelar elementos primordiais sobre a história da humanidade, entendendo que ela existe desde o período primitivo e que representa as ações na sociedade. Todo e qualquer tipo de expressão artística irá revelar sentimentos e sensações sobre uma determinada realidade.

Segundo Steven Mithen (2002), a manifestação de arte foi identificada, ainda, no período que muitos nomeiam de pré-história. Importante evidenciar que essas

aparições, como pinturas e esculturas, surgiram antes mesmo da escrita e é plausível considerar que neste tempo histórico, a partir das suas condições e concepções de mundo foram identificando nessas expressões formas de materializar suas experiências, sentimentos e necessidades, o que leva a refletir o quanto a arte é uma potente forma de manifestação e comunicação, independentemente do processo de escrita, ou seja, a arte também é uma forma de linguagem, até mais potentes que a escrita em determinadas situações.

Segundo Hegel (1974), a função social da arte consiste em tornar a ideia acessível à nossa contemplação mediante uma forma sensível, representação esta que resulta da correspondência entre a ideia e a forma que se fundem e interpenetram, ou seja, as expressões artísticas possuem a mesma função que é de materializar os sentimentos e as sensações a partir de uma dada realidade, porém serão diferentes nas formas de manifestações, entendendo que cada cultura estabelece pilares para influenciar o artista para produzir sua obra.

Por isso, os resultados da arte na vida cotidiana perpassam também o campo da cultura e das relações sociais. Para complementar, evidencia-se o pensamento de Goldmann (1979), a arte não se conclui em si. Portanto, a expressão artística influencia as interações sociais e culturais, conectando-se às singularidades e aspectos universais da experiência humana. Além disso, ela desempenha um papel significativo na formação da perspectiva de mundo e na compreensão da humanidade.

Essas representações são reflexos dos valores e das concepções que os indivíduos possuem em relação ao mundo, a si mesmos e à natureza. Elas manifestam hábitos, costumes e, conseqüentemente, a subjetividade, moldada pelo conjunto de relações sociais, históricas e processuais.

Contudo, a arte não se limita a expressar apenas valores, concepções históricas, modos de vida e significados atribuídos aos fenômenos pelos indivíduos que os experimentam e interpretam. Ela também evidencia objetivações e processos de alienação que fazem parte dessas subjetividades. Isso ocorre ao reconhecer que as produções artísticas estão intrinsecamente inseridas em um contexto capitalista, e, portanto, é inviável manter a

neutralidade diante desse modo de produção. A arte, nessa perspectiva, insere-se em uma das dimensões possíveis para a suspensão do cotidiano, segundo Heller (1972).

Portanto, um ser humano imerso na estrutura social capitalista utiliza da arte como estratégia ou afirmação de existência e vinculação com o mundo, utilizando dessa estratégia para manifestar suas concepções sobre determinada realidade. Nessa lógica, para Fischer (1977, p. 13), “A arte é o meio indispensável para essa união do indivíduo como o todo; reflete a infinita capacidade humana para a associação, para a circulação de experiência e ideias”.

A função social da arte e sua aproximação com o Serviço Social é um debate recente, pela perspectiva proposta pelo presente estudo, e isso somente foi oportunizado a partir do movimento de reconceituação da categoria à qual foi um processo que iniciou no início da década de 1970 e estava em busca da ruptura com o conservadorismo na profissão.

A partir desse processo, algumas universidades constituíram-se em espaços de resistência frente aos ditames ditatoriais vividos no Brasil desde o golpe militar de 1964.

No Serviço Social, esse foi o cenário que possibilitou a inauguração da perspectiva de intenção de ruptura com o conservadorismo da profissão, através da experiência desenvolvida na Escola de Serviço Social de Minas Gerais – que se tornou, posteriormente, a PUC Minas, em Belo Horizonte, surgindo então um dos momentos mais marcantes da história da profissão, o Método de BH, a qual possibilitou a construção de uma nova grade curricular com seu direcionamento voltado para uma matriz crítica, sob influência das contribuições do grande estudioso Marx:

A estrutura curricular que passava a vigorar então, fundamentada nos princípios e diretrizes do movimento de reconceituação, conduzia o ensino para a formação de profissionais comprometidos com uma única opção político-ideológica: aquela que levaria os novos assistentes sociais a assumirem um compromisso com o processo de educação política das classes populares e a transformação da sociedade” (BARBOSA, 1997, p. 26).

O debate sobre outras formas de ensino-aprendizagem só foi possível a partir da intenção de ruptura na qual surge um reordenamento da grade curricular, a partir desse movimento houve a implantação de um projeto profissional que norteia as dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa para a construção de uma nova ordem societária sem dominação de qualquer natureza, portanto o estudo sobre a relação da arte com o Serviço Social começa em meados dos anos 2000, só foi possível a partir da discussão de mediação e instrumentalidade da profissão, que iniciou no início dos anos 90 como o projeto ético-político do Serviço Social.

Outro debate que influenciou muito essa aproximação entre arte e Serviço Social foi a contribuição do filósofo Paulo Freire referente a educação popular, mas, sobretudo, por sua contribuição acerca da educação popular:

[...]Educação popular é a que, substantivamente democrática, jamais separa do ensino dos conteúdos o desvelamento da realidade. É a que estimula a presença organizada das classes sociais populares na luta em favor da transformação democrática da sociedade, no sentido da superação das injustiças sociais [...] (FREIRE, 1996, p. 40)

O filósofo discorre sobre outras formas de metodologias de ensino-aprendizagem, impactando diretamente a dimensão político-pedagógica do Serviço Social e sua contribuição com a classe trabalhadora, essa vertente foi um marco para o reordenamento das dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico operativa da profissão.

A partir desses movimentos e discussões, a arte passou a ser considerada uma forma de mediação no contexto profissional do Assistente Social devido ser uma categoria que é interpretada como algo ontológico e reflexivo no contexto da instrumentalidade do Serviço Social. Neste sentido, SANTOS (2004, p. 8), aponta que:

O Serviço Social inserido em espaços ocupacionais, resultantes de processos de trabalhos, e na condição de profissão inserida na divisão social e técnica da sociedade capitalista tem na sua intervenção uma gama de possibilidades de interpretação para a inserção da arte (ou das artes) no seu fazer cotidiano, tratando-a como forma de emancipação política.

Nesta lógica, as expressões artísticas possibilitam ao indivíduo entender a realidade na qual está inserido e assim romper com a alienação, levando-o a se constituir como um sujeito crítico, capaz de ser autor de sua história.

SANTOS (2004, p. 8) sinaliza que:

Ao defender essa perspectiva, defendo, então, a arte como forma de emancipação política. Nesse sentido, pode-se compreender a arte como uma mediação no fazer cotidiano do Serviço Social, uma vez que expressa na sua singularidade a representação do real.

Nessa perspectiva, a arte desempenha um papel crucial na emancipação humana dentro das dimensões da prática profissional. Isso ocorre à medida que o Assistente Social articula as esferas do particular, do universal e do singular para planejar a intervenção durante o exercício profissional, potencializando a materialização da dimensão político-pedagógica da profissão, uma proposta capaz de provocar mudanças no modo das pessoas compreenderem e usufruírem do seu propósito, proporcionando o planejamento de ações para enfrentamento das diversas expressões da questão social que se materializam no cotidiano.

Refletir sobre a mediação da arte no exercício profissional do Assistente Social só foi possível no início dos anos de 1990, resultado da intenção de ruptura do conservadorismo da profissão, como já foi apontado anteriormente, e da consolidação do projeto profissional do Serviço Social que teve apropriação teórica de autores da tradição marxista, com destaque para a ampliação do legado de Marx.

A partir da consolidação do projeto ético-político do Serviço Social, a profissão começa a discutir sobre instrumentalidade e mediação como parte do processo de nas intervenções do trabalho profissional, somente a partir dessa movimentação que os estudos sobre a arte como instrumento foi possível.

Esse estudo sobre a aproximação das manifestações artísticas enquanto objeto para materialização da dimensão socioeducativa teve grandes influências

da corrente de pensamento sobre a educação popular, partindo do ideal de construir o conhecimento de uma forma mais crítica e libertária no sentido de poder conhecer e entender o processo sócio-histórico com o objetivo de se desvincular de um sistema que apenas lhe vê como mercadoria.

Conhecer e aprender passa a ser uma forma inclusiva e revolucionária, a fim de traçar estratégias para o enfrentamento das diversas expressões da questão social produzidas pela classe dominante, a fim de caminhar para uma outra sociabilidade que respeite a diversidade e seja menos opressora.

As contribuições de Paulo Freire para a categoria, foram de extrema importância, pois traz elementos para pensarmos sobre formas de educação, contudo, Assistentes Sociais também são educadores, pois são profissionais que lidam diariamente com a dimensão político-pedagógica para o compartilhamento de informações sobre direitos sociais e também proporciona reflexões e olhar crítico sobre determinada realidade.

Pelo compromisso ético e político da profissão é de extrema importância consolidar a intervenção profissional em ações críticas e reflexivas sobre a estrutura social, ao contrário, as intervenções realizadas serão de manutenção da ordem burguesa o que destoa do projeto ético-político da categoria do Serviço Social.

Compreender as vulnerabilidades sociais e relacionais para planejar um processo de intervenção não basta, é necessário conhecer a realidade da população, a cultura e o território de abrangência: “[...] apreender como os sujeitos a vivenciam [...] desvendar as condições de vida dos indivíduos, grupos e coletividades [...] é um requisito para que se possa decifrar as diversas formas de luta [...]” (IAMAMOTO, 2015, p. 76)

É fundamental que sejam planejadas ações interventivas garantindo a participação popular, pois é a classe trabalhadora que está lidando diariamente com as mais diversas e violentas expressões da questão social, entendendo também que os sujeitos não são telas em branco, cada pessoa que é atendida pelas políticas sociais possui a sua história, autonomia, potencialidades e limitações.

O projeto ético-político do Serviço Social pauta-se em fundamentos para

a construção de uma nova ordem societária, democrática e sem dominações de qualquer tipo, porém no cotidiano do trabalho há desafios para planejar ações assertivas.

“O desafio é re-descobrir alternativas e possibilidades para o trabalho profissional no cenário atual; traçar horizontes na formulação de propostas que façam frente à questão social e que sejam solidárias com o modo de vida daqueles que a vivenciam, não só como vítimas, mas como sujeitos que lutam pela preservação e conquista da sua vida, da sua humanidade (IAMAMOTO, 2015, p. 75).

Logo, para que o projeto de intervenção e a dimensão socioeducativa em determinada realidade sejam assertivos, é imprescindível a dissociação entre o teor teórico-metodológico, ético-político e técnico-operativo para traçar a mediação em um determinado contexto sócio-histórico.

Martinelli (2009, p.2) ressalta a necessidade do profissional realizar a interpretação da realidade a partir das relações da estrutura, conjuntura e cotidiano:

[...] instituem-se como formas de acesso às múltiplas determinações da realidade, pela mediação dos contextos, acontecimentos, atores, forças sociais em presença, os quais podem ser alcançados pela análise de conjuntura como um recurso metodológico para apreender dialeticamente o movimento do real e penetrar em suas tramas constitutivas.

Referente a esse exercício, é importante que sejam feitas escolhas de referenciais e metodologias que serão utilizadas na função pedagógica da intervenção profissional, o que estende o conhecimento construído através da práxis. A arte é uma das metodologias para instrumentalizar a dimensão socioeducativa.

Segundo Tolstoi (2002), a arte é a atividade humana que consiste em um homem comunicar conscientemente a outros, por certos sinais exteriores, os sentimentos que vivenciou. Através da arte é possível romper com a alienação, passando a ser uma atividade emancipadora e, portanto, é um potente instrumento para a intervenção pois ela contribui para manifestar as concepções, significados, sensações e afetos inerentes aos sujeitos sociais e à sua cultura.

Portanto, é importante identificar que a arte é necessária no sentido de que ela dialoga com a realidade e transmite uma mensagem da história e das expressões da questão social inerente ao cotidiano da população atendida

pelas políticas públicas, o que proporciona a leitura daquela realidade através da obra produzida pelo sujeito.

3.3 A CONCEPÇÃO DA ARTE PELO PAIF

Conforme foi abordado durante este estudo, a Política de Assistência Social passou por diversas fases antes de se tornar de fato uma política de seguridade social, que tem objetivos para garantir a proteção das famílias em situação de riscos e vulnerabilidades, à qual é direito do cidadão e dever do Estado.

Neste tópico iremos aprofundar o conhecimento sobre a proteção social básica e as possibilidades para a utilização da arte enquanto instrumento para materializar a dimensão socioeducativa e assim alcançar objetivos da política.

Segundo a Política Nacional de Assistência-PNAS (1998), a proteção social básica:

[...] Tem como objetivo prevenir situações de risco por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições, e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. Destina-se à população que vive em situação de vulnerabilidade social decorrente da pobreza, privação, ausência de renda, precário ou nulo acesso aos serviços públicos, ou, fragilização de vínculos afetivos – relacionais e de pertencimento social. Prevê o desenvolvimento de serviços, programas e projetos locais de acolhimento, convivência e socialização de famílias e de indivíduos, conforme identificação da situação de vulnerabilidade apresentada. Social[...]

A proteção social básica da Política de Assistência Social é materializada no CRAS, esse equipamento cabe se constitui em

[...] uma unidade de proteção social básica do SUAS [Sistema Único de Assistência Social], que tem como objetivo prevenir a ocorrência de situações de vulnerabilidades e riscos sociais nos territórios, por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições, do fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, e da ampliação do acesso aos direitos de cidadania. (MDS, BRASÍLIA, 2009, p.9).

O serviço social no Centro de Referência da Assistência Social possui um direcionamento pelo projeto ético-político, mas possui suas especificidades, como por exemplo acompanhar as famílias que estão referenciadas à ele, fazer articulações com outros profissionais e principalmente com a rede socioassistencial fazendo com que o encaminhamento para tais serviços seja de

forma assertiva garantindo assim o direito das famílias em acessar outras políticas sociais, respeitando o princípio de integralidade.

O CRAS tem como função principal ofertar o Programa de Atenção Integral das Famílias – PAIF.

O PAIF é o principal serviço de proteção social básica ao qual todos os outros serviços desse nível de proteção devem articular-se, pois, confere a primazia da ação do poder público na garantia do direito à convivência familiar e assegurar a matricialidade sociofamiliar no atendimento socioassistencial, um dos eixos estruturantes do SUAS (MDS, BRASÍLIA, 2007, p.31).

O PAIF possui caráter continuado:

[...] a finalidade de fortalecer a função protetiva das famílias, prevenir a ruptura dos seus vínculos, promover seu acesso e usufruto de direitos e contribuir na melhoria de sua qualidade de vida. Prevê o desenvolvimento de potencialidades e aquisições das famílias e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, por meio de ações de caráter preventivo, preventivo e proativo. (MDS, BRASÍLIA, 2009, p.6).

Entendendo um pouco sobre o equipamento e os objetivos da política, é necessário compreender sobre as competências e atribuições do trabalho profissional do Assistente Social na Política de Assistência.

O Conselho Federal de Serviço Social- CFESS elaborou uma cartilha referente aos parâmetros para a atuação do Assistente Social na Política de Assistência Social, esse documento traz reflexões importantíssimas sobre a atuação profissional nesse determinado espaço sócio-ocupacional, esses apontamentos são necessários para fundamentar a reflexão sobre a possibilidade da arte enquanto instrumento de trabalho profissional para concretizar esse processo dialético na realidade de atendimentos. Segundo o Conselho Federal de Serviço Social, na Política de Assistência Social, as competências e atribuições dos Assistentes Sociais, conforme estabelecido pela Lei de Regulamentação da Profissão, demandam do profissional a incorporação de algumas competências essenciais. Estas são cruciais para compreender o contexto sócio-histórico em que a intervenção se insere:

- apreensão crítica dos processos sociais de produção e reprodução das relações sociais numa perspectiva de totalidade;
- análise do movimento histórico da sociedade Brasileira, apreendendo as particularidades do desenvolvimento do Capitalismo no país e as particularidades regionais;

- compreensão do significado social da profissão e de seu desenvolvimento sócio-histórico, nos cenários internacional e nacional, desvelando as possibilidades de ação contidas na realidade;
- identificação das demandas presentes na sociedade, visando a formular respostas profissionais para o enfrentamento da questão social, considerando as novas articulações entre o público e o privado [...] (ABEPSS, BRASÍLIA, 1996)

Essas competências são extremamente necessárias para que o Assistente Social possa planejar a sua rotina de trabalho, portanto as ações precisam estar norteadas e respaldadas no projeto ético-político de Serviço Social partindo de uma perspectiva crítica e dialógica com a realidade vivenciada pela classe trabalhadora em determinado território, para que seja efetivo o trabalho profissional do Assistente Social, a instrumentalidade não deve ser dissociada das dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa.

Contudo, pensando no exercício de mediação do trabalho profissional do Assistente Social na proteção social básica, sendo um campo em que se trabalha com grupos, oficinas, atendimentos e acompanhamento familiar, é importante que o profissional possa aderir a metodologia que será utilizada para concretizar seu trabalho no cotidiano, mesmo que as metodologias sejam semelhantes aos de outros profissionais, é importante que a intervenção seja assegurada de intencionalidade, entendendo que a intenção da metodologia pode impactar diretamente o histórico da família a qual está sendo atendida pela Política de Assistência Social.

De tal forma, segundo Guerra (2011, p. 203),

Na afirmação da sua instrumentalidade, o Assistente Social acaba por utilizar-se de um repertório técnico operativo comum a outras profissões sociais, porém a intencionalidade posta na utilização do instrumental técnico porta a tendência de propiciar resultados condizentes com a perspectiva para a qual sua ação se direcionou.

Guerra (2011) argumenta que a efetivação instrumental do Serviço Social, requer adquirir todo um arcabouço teórico para assim pensar em uma metodologia que efetive a sua atuação diante da demanda apresentada pelo usuário das políticas socioassistenciais.

Inerente ao exercício da mediação, é importante que sejam feitas escolhas de referenciais, metodologias e instrumentos que serão utilizadas no processo da função pedagógica.

Há legislações que vão legitimar o uso da arte e da cultura nos processos de intervenção no cotidiano do trabalho profissional, como por exemplo nas orientações técnicas do Programa de Atenção Integral à Família- PAIF, cujo objetivo é contribuir para a convivência das famílias resguardando seus direitos e no desempenho de sua função de proteção e socialização dos membros, inserido na Proteção Social Básica do SUAS, e nas suas entrelinhas é legitimado o uso da arte enquanto metodologia.

[...]A Tipificação socioassistencial enfatiza a necessidade do PAIF utilizar-se de ações culturais para o cumprimento de seus objetivos: O trabalho social do PAIF devem utilizar-se também de ações nas áreas culturais para o cumprimento de seus objetivos, de modo a ampliar o universo informacional e proporcionar novas vivências às famílias usuárias do Serviço. [...] (MDS, BRASÍLIA, 2009.)

A proteção social básica é uma área a qual há grandes possibilidades de efetivar o processo da dimensão político-pedagógica do Serviço Social, entendendo que é um espaço sócio-ocupacional que vai trabalhar a efetivação de direitos e também propor o debate e as reflexões partindo do desvelamento da realidade concreta que são postas pelas expressões da questão social, esse trabalho pode ser realizado em oficinas, acolhidas, trabalhos em grupos, atendimentos e acompanhamentos familiar. O uso de filmes, letras de música, fotos e outros registros são ricos materiais dos quais podemos nos valer para interpretar o real.

3.3 POSSIBILIDADES DO USO DA ARTE NO TRABALHO PROFISSIONAL

Para complementar o fundamento da análise proposta pelo trabalho, serão feitas análises de 4 tipos de expressões artística: o *rap*, a fotografia, a poesia e a arte manual, elementos que serão os pilares para finalizar a reflexão sobre a temática, e também uma forma de exemplificar as possibilidades que

podem ser utilizadas no cotidiano do trabalho profissional do Assistente Social na Política de Assistência Social.

3.3.1 FOTOGRAFIA

Figura 2- Fotografia de breakdance



Fonte: Feac (2023).

A fotografia apresentada na Figura 1 transmite a potência e resistência de um dos projetos que existem na cidade de Franca- SP, o *Hip Hop Park Jams*. Essa é uma iniciativa que visa resgatar as reuniões culturais (Park Jams) que aconteciam nos parques de Nova Iorque nos anos de 1970. Os eventos acontecem nas periferias da cidade de Franca desde 2012.

Essa fotografia apresentada foi tirada pelo fotógrafo Pablo Breaking, artista francano, na edição especial do Dia das Crianças em outubro de 2023 no bairro Aeroporto 3, um dos bairros onde é constatado como uma das regiões onde há uma intensificação das expressões da questão social.

O grande poeta Carlos Drummond de Andrade (2023, p. 04), diz que a fotografia significa literalmente “escrever com a luz”.

“A câmara, entretanto, ajuda a ver e rever, a multi-ver,
O real nu, cru, triste e sujo, desvenda, espalha, universaliza,
A imagem que ela captou e distribuiu, obriga a sentir,
criticamente julgar, a querer bem ou a protestar, a desejar mudança.”

A interpretação que perpassa essa foto da figura 1 é muito potente, à qual crianças estão usufruindo do seu direito ao lazer no dia das crianças e dançando o *break dance*. O break, surgido nos anos 1970 em Nova Iorque, é uma expressão de dança urbana integrante da cultura hip hop, desenvolvida principalmente por afro-americanos. Essa forma de dança costuma ser realizada ao som de gêneros musicais como rap, funk ou breakbeat.

Essa dança que tem por protagonista a população negra norte-americana foi muito tempo marginalizada, uma das expressões mais violentas do racismo, assim como a capoeira aqui no Brasil, portanto por meio dessa fotografia e de todo esse movimento é possível traçar diversas interpretações sobre a questão do racismo, da falta de acesso ao lazer nas periferias, da potência e resistência do movimento negro, do protagonismo e direito da criança em se divertir e brincar.

Através desta expressão artística é possível proporcionar diversas reflexões que podem levar ao caminho de conscientização e posicionamento político da população, há a capacidade de escrever com a luz, oportunizando até mesmo a criação de indicadores sociais de uma determinada região, o que é um elemento fundamental para o desenvolvimento de uma oficina, segundo as orientações técnicas do PAIF:

[...]as oficinas com famílias têm por intuito suscitar reflexão sobre um tema de interesse das famílias, sobre vulnerabilidades e riscos, ou potencialidades, identificados no território, contribuindo para o alcance de aquisições, em especial, o fortalecimento dos laços comunitários, o acesso a direitos, o protagonismo, a participação social e a prevenção a riscos. [...] (MDS, BRASÍLIA, 2012)

Na maioria das vezes a fotografia é capaz de causar maior impacto nesse tipo de ação que os outros meios de comunicação, ademais a fotografia documental é difusora de informações, permitindo a livre interpretação sobre determinado assunto, potencializando a construção e desconstrução de diversas opiniões.

3.3.2 ARTE MANUAL

A arte manual é realizada desde o período colonial com o processo da escravização. A representação do artesanato pode retratar e ser um símbolo de diversas vulnerabilidades, como: tráfico humanas, negligências, morte, mas também um grande símbolo de resistência e resiliência para a população negra:

Figura 3- Abayomi: Encontro Precioso



Fonte: Afreaka (2018).

Durante o tráfico de pessoas trazidas de África no processo de escravização para o Brasil, as mães africanas adotavam uma prática para amenizar a dor de seus filhos. Elas rasgavam pedaços de suas saias e, com habilidade, transformavam esses retalhos em pequenas bonecas, entrelaçadas com tranças ou nós, funcionando como amuletos protetores.

Estas bonecas, reconhecidas como símbolos de resistência, ganharam notoriedade com o nome de Abayomi, cujo significado em Iorubá é "Encontro precioso".

Uma manifestação artística que é feita com apenas tecidos de panos e ao mesmo tempo muito potente, expressando o sofrimento do processo de escravização, mas também um processo de resistência trazendo à tona a potência da ancestralidade, que deixam marcas em sua atualidade, sobre a fragilidade e dor de um processo, mas ao mesmo tempo, a força e a resiliência.

A contação de história e construção da arte manual de bonecas Abayomi é um meio pelo qual o profissional pode utilizar como instrumento de intervenção para alcançar objetivos em um grupo de acompanhamento familiar:

O acompanhamento familiar do PAIF consiste, assim, em um conjunto de intervenções, desenvolvidas de forma continuada, a partir do estabelecimento de compromissos entre famílias e profissionais, com a construção de um Plano de Acompanhamento Familiar que estabelece objetivos a serem alcançados, realização de mediações periódicas, inserção em ações do PAIF, a fim de superar gradativamente as vulnerabilidades vivenciadas, alcançar aquisições e ter acesso a direitos. Objetiva-se, ainda, contribuir para ampliar espaços de participação e diálogo com instituições e para o alcance de maiores graus de autonomia, para a capacidade de vocalização das demandas e necessidades, para o desenho de projetos de vida. (MDS, BRASÍLIA, 2012)

Por exemplo, em um contexto de acompanhamento familiar grupal, esta atividade pode ser sugerida com o intuito de incitar reflexões acerca da sobrecarga inerente à maternidade monoparental. A partir de uma narrativa que transcende e relaciona a história de mulheres escravizadas que compartilhavam, para além de suas precárias condições de vida, as dores e aflições de seus filhos, que, por sua vez, eram expostos a atos violentos, ademais elas faziam as bonecas como forma de acalanto.

Tal exposição visa fomentar o debate mediante uma analogia com a negligência estatal em relação à desproteção às crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social, bem como às mães solas, sobretudo negras. A partir desse exercício e das discussões realizadas, busca-se atentar para as demandas enfrentadas por estas mães, a fim de incluí-las no Plano de Acompanhamento Familiar, buscando transformar vulnerabilidades em objetivos a serem superados.

Esta constitui mais uma figura da notável eficácia da relação da arte com a dimensão político-pedagógica. Por meio da confecção de bonecas Abayomi, é possível instigar uma ampla gama de debates acerca de vulnerabilidades sociais e relacionais, valendo-se de sua narrativa e representatividade como ponto de partida. Ademais, é um instrumento que gera demandas que serão abordadas de maneira sistemática ao longo do percurso do processo de acompanhamento.

3.3.3 POESIA

Relacionando as afirmações apontadas, há uma manifestação artística que é tanto um mecanismo do próprio indivíduo expressar seus sentimentos e emoções referente à alguma demanda, quanto uma via de absorção sobre um determinado assunto, muitas vezes mais proveitoso do que uma metodologia descritiva, Segue abaixo o trecho da escrivência de Carolina Maria de Jesus (2007, p. 45):

A tontura da fome é pior do que a do álcool.
A tontura do álcool nos impele a cantar.
Mas a da fome nos faz tremer.
Percebi que é horrível ter só ar dentro do estômago.

Quarto de despejo: diário de uma favelada é uma escrivência da autora mineira Carolina Maria de Jesus. Nesse diário, uma mulher negra, pobre, com dois anos de estudo formal, relata fatos ocorridos na favela do Canindé.

No trecho de sua literatura, Carolina expressa relatos de como é a sensação da fome, uma realidade que grande parte da população Brasileira tem enfrentado, essa situação de insegurança alimentar, essa é mais uma das expressões da questão social que a classe trabalhadora tem sido vítima.

A arte em forma de poesia neste caso é uma exemplificação da potência da expressão artística a qual proporciona a reflexão de todas essas desigualdades vivenciadas pelo povo da periferia, em específico a insegurança alimentar, contudo a poesia pode ser utilizada em atendimentos particularizados quanto coletivos como meio de elocução sobre um determinado assunto, por exemplo: A insegurança alimentar.

3.3.4 RAP

Para concluir, a última expressão artística a ser analisada é a música, sobretudo, o estilo é o *Rap* (Ritmo e poesia).

Será exposto o trecho de uma música que desempenha uma crítica social sobre a desigualdade de classe refletindo na inserção de jovens na exploração do tráfico. Essa música poderia ser empregada, por exemplo, como forma de

intervenção em atividades direcionadas a adolescentes em fase de cumprimento de medidas socioeducativas.

Com a intencionalidade de instigar o debate sobre a desigualdade inerente ao sistema capitalista e suas repercussões, estabelecendo conexões com a situação para a qual esses jovens estão cumprindo tais medidas. A intenção é desagregar o processo de culpabilização e marginalização a que esses adolescentes estão sujeitos, a partir da reflexão e diálogo sobre a música. A seguir, o trecho da música:

Povo da periferia- Ndee naldinho

[...] Povo da periferia há muito tempo ta abandonado né irmão
Enquanto o povo da classe alta ta enchendo o bolso de dinheiro
O povo aqui tá no veneno, sem emprego, na fome
A única saída que os irmão encontra, aqui na periferia é o mundo do crime
Os irmão sabe que o crime não compensa, mas é obrigado a viver
No crime porque não tem outra saída né mano, então
Que Deus proteja os irmãos que agora tão na correria
Que Deus proteja o povo da periferia [...]

Fonte: Ndee Naldinho, 2015

Segundo informações do Portal RND, Ndee Naldinho, é um artista que possui vários vinis gravados e uma vida dentro do *rap* que ultrapassa os 20 anos. Lançou em 2002 o CD “O Povo da Periferia”, o mesmo é conhecido por cantar músicas sobre a favela, sobre o povo da periferia e também sobre a realidade vivenciada por essas pessoas na sociedade.

Nos anos 1990, nas periferias urbanas brasileiras, grande contingente de seus moradores foram afetados pelo desemprego, pela informalidade e a deterioração da qualidade de vida nessas regiões que proporcionou os conflitos sociais juntamente ao cenário da já endêmica violência urbana, que atingiu sobremaneira a juventude das camadas populares, manifesto das vulnerabilidades sociais e relacionais.

Foi nesse cenário que o *hip hop*, enquanto cultura globalizada e o RAP como sua manifestação de maior impacto, passou por um processo de apropriação e reelaboração pela juventude das periferias metropolitanas

brasileiras e foi praticado não apenas como forma de entretenimento, mas fundamentalmente como veículo de denúncia e crítica social frente às inúmeras adversidades enfrentadas em um cotidiano marcado fortemente pelas desigualdades sociais e discriminações.

Importante para a construção da identidade dessa juventude, a música *rap* e sua estética musical se engajaram juntamente a outras manifestações políticas e artísticas que colocaram na pauta pública a necessidade de se repensar as inúmeras problemáticas que afetam esse grande contingente da população sistematicamente segregado, violentado e silenciado nas periferias urbanas.

Para Elaine Andrade (1999, p.89) o "*Hip Hop* sendo um movimento social, permite aos jovens construir uma educação política e, conseqüentemente, o exercício do direito à cidadania".

Existe um papel socioeducativo da crítica social que o *rap*, um dos elementos do movimento hip hop, representa. Conforme aponta (GRECCO, 2017), sobre o trabalho do *rap* dos racionais:

O trabalho deles tem por base conscientizar, esclarecer, explicar para os jovens algumas questões que são abstratas dentro do sistema capitalista e até dar alguns encaminhamentos, como a valorização da questão da família, a valorização do estudo, a desvalorização do consumismo exagerado.

Através do *rap* é possível aproximar-se da realidade periférica e conseqüentemente planejar intervenções profissionais com a comunidade para enfrentamento das demandas.

Portanto, fica evidente que a arte é uma das formas mais assertivas para aproximar da realidade vivenciada pela classe trabalhadora. Contudo, ressalta-se a importância de enfatizar que as figuras de expressões artísticas introduzidas para enriquecer a reflexão neste capítulo devem ser recomendadas como atividades destinadas à população atendida. Isso decorre do objetivo no âmbito do projeto profissional, que é promover a participação popular nas atividades e no desenvolvimento das políticas públicas.

A imposição de qualquer tipo de atividade durante o processo de intervenção, caminha em direção contrária ao projeto ético-político. Além disso, ao empregar as manifestações artísticas como meio de concretizar a dimensão

político-pedagógica do Serviço Social, é crucial que essa proposta seja discutida com a comunidade. Do contrário, um método concebido para assegurar a participação pode inadvertidamente relegar a autonomia das pessoas a uma posição subalterna em relação às decisões do profissional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A interseção entre arte e Serviço Social revela um potente instrumento capaz de catalisar mudanças significativas na sociedade. A arte, em suas diversas formas, não apenas pode ser utilizada como meio de expressão individual, mas também desempenha um papel vital no contexto do Serviço Social, proporcionando uma condição para a conscientização, reflexão e planejamento de formas de enfrentamento da questão social, o que proporciona subsídios para o alcance de objetivos na Política de Assistência Social.

Ao longo do estudo nota-se que há uma potente relação entre as duas categorias, por mais embrionário que seja o debate, essa aproximação só foi possível a partir da ruptura do conservadorismo da profissão.

Com este efeito, houve um reordenamento nas bases de formação e trabalho profissional com consolidação do projeto ético-político que trouxe fundamentos para o norteamento das ações profissionais em uma perspectiva crítica e reflexiva, somente a partir desse movimento que foi possível escrever e estudar sobre a arte enquanto instrumento na atuação de Assistentes Sociais.

As discussões a respeito do tema perpassam também pelo reordenamento da Política de Assistência Social que logo após a construção sobre a perspectiva de mediação e instrumentalidade, proporcionou a consolidação da categoria de dimensão socioeducativa.

Para finalizar as reflexões e os apontamentos da arte ser um instrumento para materializar essa dimensão é capaz de oferecer meios não convencionais de comunicação, foi possível compreender também que a arte permite que as pessoas compartilhem suas histórias, traumas e aspirações de maneira profundamente pessoal, ou seja, uma forma de comunicação muitas vezes mais assertivas do que metodologias descritivas.

Contudo, para além das reflexões realizadas durante a pesquisa, com as análises bibliográficas e documentais, foi possível identificar que ainda há uma

desmobilização referente à temática, e que apesar dessa ruptura e reorganização das formas de intervenção, ainda há um grande sucateamento das políticas públicas, gerando um número grande de demandas que muitas vezes os equipamentos não conseguem suprir, o que dificulta no trabalho profissional na Política de Assistência Social, a intervenção por meio da arte ou outras formas socioeducativas, pois essa fica condicionada à medidas imediatas, o que atrapalha no alcance e nos objetivos da política.

REFERÊNCIAS

ABREU, Marina Maciel. **Serviço Social e Organização da Cultura: perfis pedagógicos da prática profissional**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2011a.

ABREU, Marina Maciel.; CARDOSO, Franci Gomes. Mobilização social e práticas educativas. **ABEPSS; CFESS (Org.). Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, UnB, p. 593-608, 2009.

ABREU, Marina Maciel.; CARDOSO, Franci Gomes. Mobilização social e práticas educativas. In: CFESS; ABEPSS. **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília, DF, 2000.

AFREKA. **Abayomi: Encontro Precioso**. Disponível em: <http://www.afreka.com.br/notas/bonecas-abayomi-simbolo-de-resistencia-tradicao-e-poder-feminino/>. Acesso em: 15 out. de 2023.

ALVES, D. C., VALE, E. S., & CAMELO, R. A. (2021). **Instrumentos e Técnicas do Serviço Social: Desafios cotidianos para uma instrumentalidade mediada** [PDF].

ANDRADE, Carlos Drummond. **A câmara viajante**. Disponível em: www.portalsaofrancisco.com.br/alfa/carlos-drummond/a-camara-viajante.php Acesso em: 25 nov. 2023.

ANDRADE, E.N. "Hip Hop: movimento negro juvenil." Em E. N. Andrade (Org.), *Rap e educação, rap é educação*. (pp.83-92). São Paulo: Summus, 1999

BARBOSA, Maria Margarida. **Serviço Social Utopia e realidade: uma visão da história**. In Cad. serv.soc. Belo Horizonte, 1997. v.2.p.25-71.

BENEVIDES, Paulo Henrique Vanzella. **Uma Análise a partir da abordagem dos usuários nas produções da área do Serviço Social e Políticas Públicas**. 2021. 111 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2021.

BOSCHETTI, Ivanete. **Assistência Social no Brasil: um direito entre originalidade e conservadorismo**. Gesst/SER/UnB, 2003.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Brasília, DF: Presidente da Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em 02 out. 2023.

BRASIL. **Norma operacional básica-NOB/SUAS.** Brasília, 2005.

BRASIL. **Orientações Técnicas do Centro de Referência de Assistência Social-CRAS.** Brasília, 2009.

BRASIL. **Orientações Técnicas sobre o PAIF: trabalho social com famílias do serviço de proteção e atendimento integral à família-PAIF.** Brasília, 2012.

BRASIL. **Política Nacional de Assistência Social- PNAS.** Brasília, 2004.

Conselho Federal de Serviço Social (CFESS). **Código de Ética do Assistente Social: Lei 8.662/93 de regulamentação da profissão.** 8. ed. Brasília, DF: CFESS, 2006.

EIRAS, Alexandra Aparecida Leite Toffanetto Seabra. A intervenção do Serviço Social nos CRAS: análise das demandas e possibilidades para o trabalho socioeducativo realizado grupalmente. In: SANTOS, Cláudia Mônica dos; BACKX Sheila; GUERRA Yolanda. (Org.). **A dimensão técnico-operativa do Serviço Social: desafios contemporâneos.** Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2013.

Entrevista de Anderson Grecco a IHU On-line. Disponível: [HTTP: WWW.ihu.unisinos.br/entrevistas/106](http://WWW.ihu.unisinos.br/entrevistas/106). Acesso em 03 out. 2023.

FEAC. **Fotografia de breakdance.** Disponível em: <http://feacfranca.sp.gov.br>. Acesso em: 15 out. de 2023

FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes.** Editora Contracorrente, 2021.

FISCHER, E. **A necessidade da arte (1959).** 6. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1977.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido.** 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa (1997).** Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 2008.

GOLDMANN, L. **Dialética e cultura.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

GRAMSCI, Antônio. **Concepção dialética da história.** Tradução de Carlos Nelson Coutinho. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1988.

HEGEL, G. W. F. **Preleções sobre a estética.** São Paulo: Abril, 1974. (Coleção Os Pensadores, v. I, cap. IV)

HELLER, A. **O cotidiano e a história.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1972.

IAMAMOTO, Marilda; CARVALHO, Raul de. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. Cortez Editora, 2005.

IAMAMOTO, M. V. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. São Paulo: Cortez, 2003.

JESUS, C. M. **Quarto de despejo**: diário de uma favelada. 9. ed. São Paulo: Ática, 2007.

LIGABUE, Helena de Paiva. **A expressão da dimensão educativa no trabalho do assistente social na política de assistência social**. 2023. 181 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2016.

LIMA, A. A. **Serviço Social no Brasil: a ideologia de uma época**. São Paulo: Cortez, 1983.

LUKÁCS, G. **Arte e sociedade: escritos estéticos (1932-1967)**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2011.

MARTINELLI, Maria Lúcia. A pergunta pela identidade profissional do Serviço Social: uma matriz de análise. **Serviço Social e Saúde**, v. 12, n. 2, p. 145-155, 2013.

MESTRINER, Maria Luiza. **O Estado entre a filantropia e a assistência social**. São Paulo: Cortez, 2001.

MITHEN, Steven. **A Pré-história da mente: uma busca das origens da arte, da religião e da ciência**. São Paulo: Editora Unesp, 2002.

NASCIMENTO, Abdias. **O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado**. Editora Perspectiva SA, 2016.

NALDINHO, Ndee. **Povo da Periferia**. São Paulo: Deluxe. 2015. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=j1Oj7Tzu48U>

NETTO, J. P. **Cinco notas a propósito da questão social**. Temporalis. Revista da ABEPSS, Brasília, v. 2, n. 3, 2001.

NETTO, José Paulo. **O Movimento de Reconceitualização: 40 anos depois**. In: Revista Serviço Social e Sociedade. Nº 84 – ANO XXVI. São Paulo: Cortez, 2005.

RIBEIRO, Hariel Denaro. **Sentimentos**. São Paulo: Warner Music. 2023. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=OtEJTgmL5rc>

SANTOS, Josiane Soares. **"Questão social": particularidades no Brasil**. Cortez Editora, 2017.

SANTOS, Vera Núbia. Arte em cena: algumas reflexões na formação e no projeto político-profissional do serviço social. **XVIII Seminário Latino-americano de Escuelas de Trabajo Social**, p. 1-19, 2004.

SILVA, Paula Ravagnani. **A tese em poesias: para além dos contornos de “Abaporu” às “Flores” da resistência**. 2021

TOLSTOI, Leon. [1828 – 1910] **O que é Arte?** Tradução: Bete Torii. São Paulo: Ediouro, 2002.

WANDERLEY, Mariangela Belfiore; MARTINELLI, Maria Lúcia; DA PAZ, Rosangela Dias O. **Intersectorialidade nas políticas públicas**. Serviço Social & Sociedade, p. 7-13, 2020.

YAZBEK, Maria Carmelita; BRAVO, Maria Inês; RAICHELIS, Raquel. 40 anos da “Virada” do Serviço Social: história, significados. **Serviço Social & Sociedade**, p. 407-415, 2019.

YAZBEK, Maria Carmelita. Estado e políticas sociais. **Revista Praia Vermelha**, v. 18, n. 1, p. 1-16, 2008.